

Orcamento de 91 prevê superávit de 1%

BRASÍLIA — O Executivo enviou ontem ao Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária para 1991, o primeiro elaborado totalmente pelo Governo Collor, mantendo as previsões de superávit operacional de 1% do PIB e crescimento econômico da ordem de 3% do PIB. Conforme o projeto, a receita estimada para o próximo ano é de Cr\$ 8.677 trilhões, sendo Cr\$ 5,6 trilhões do orçamento fiscal, Cr\$ 3 trilhões para seguridade social e Cr\$ 838 bilhões para investimentos.

Como o orçamento foi elaborado a preços de maio 1990, ele é hoje apenas uma peça referencial. No final do ano, entretanto, após a aprovação pelo Congresso, o Governo fará uma projeção inflacionária para 1991, de forma a corrigir as dotações constantes do projeto.

Em relação a 1990, o orçamento de 1991 refletirá uma redução de 10% na despesa com custeio, incluindo pessoal, 15% nas diárias e consultórias, 30% na locação de mão-de-obra e 50% em publicidade.

A despesa com pessoal e encargos sociais, de Cr\$ 1,3 trilhão, representará 31,7% das receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais. Esse valor foi estimado com base na folha de maio deste ano e no número de servidores existente em primeiro de julho. Leva em conta ainda os efeitos da reforma administrativa.

As transferências constitucionais para Estados, Municípios e Distrito

Federal fica em 40,6% da receita tributária da União, um montante de Cr\$ 858,5 bilhões. Segundo exposição de motivos do Palácio do Planalto ao Legislativo, o Governo reforça em 1991 os investimentos na área social, destinando Cr\$ 174,8 milhões de recursos originalmente do Orçamento Fiscal, à Seguridade Social.

Para o programa de reforma agrária no próximo ano, o Governo solicita autorização do Congresso para emitir 8.635 Títulos da Dívida Agrária, no montante de Cr\$ 21 milhões.

O Orçamento destina para o serviço da dívida, em 1991, Cr\$ 2,4 trilhões, ou 7,9% do Produto Interno Bruto. Somente em amortizações os gastos previstos são de Cr\$ 2,2 trilhões e mais Cr\$ 170 bilhões em encargos.

Em despesas correntes de capital, está prevista no Orçamento uma receita de Cr\$ 510,1 bilhões para programas das operações oficiais de crédito, Cr\$ 364,9 bilhões para investimento, Cr\$ 1,1 trilhão para benefícios previdenciários e Cr\$ 2,8 trilhões em diversos.

No capítulo "investimentos", o Ministério mais beneficiado será o da Infraestrutura, recebendo créditos de Cr\$ 672,3 bilhões, seguido pelo Ministério da Economia com Cr\$ 121,9 bilhões. O Ministério da Agricultura terá apenas Cr\$ 15 bilhões para investimentos em 1991, a Educação e a Previdência Cr\$ 2 bilhões cada um, e a Saúde Cr\$ 619 milhões.